



## A Santa Sé

---

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II  
AOS MEMBROS DA FUNDAÇÃO  
"CENTESIMUS ANNUS PRO PONTIFICE"**

*Sábado, 11 de Setembro de 1999*

*Venerados Irmãos  
no Episcopado e no Sacerdócio  
Ilustres Senhoras e Senhores!*

1. É-me grato encontrar-me convosco, ilustres membros da Fundação "*Centesimus Annus Pro Pontifice*", aqui reunidos com os vossos familiares. Saúdo D. Agostino Cacciavillan, Presidente da Administração do Património da Sé Apostólica, a quem agradeço as amáveis palavras que me dirigiu. Com ele saúdo também D. Cláudio Maria Celli, Secretário da mesma Administração, Mons. Daniele Rota e Pe. Massimo Magagnin, Assistentes Nacionais, e os outros eclesiásticos presentes. Dirijo depois cordiais boas-vindas a todos vós que não quisestes faltar a este encontro.

A última vez que vos encontrastes remonta apenas a Fevereiro passado, mas sentistes a exigência de vos encontrardes ainda na proximidade do Ano Santo 2000. Com efeito, o Jubileu constitui um grande evento eclesial, para o qual a vossa Fundação é chamada a colaborar, no âmbito do *Jubileu do Mundo do Trabalho*, para preparar o sector dos operadores financeiros. Ao agradecer-vos esta vossa disponibilidade, congratulo-me convosco que, precisamente em vista desse evento, de forma oportuna decidistes aprofundar durante o próximo ano o tema: "*Ética e finanças*". Estou a par do vosso propósito de organizar um congresso internacional sobre este assunto, na vigília do dia jubilar. Vejo com prazer essa importante iniciativa e faço votos por que produza frutos abundantes.

Hoje quisestes dedicar amplo espaço ao pronunciamento de D. Mirosław Marusyn, Secretário da Congregação para as Igrejas Orientais, que vos falou da minha recente Viagem apostólica na Roménia e das muitas necessidades espirituais e materiais que marcam a vida das Comunidades católicas orientais.

2. Ilustres Senhoras e Senhores! Na vossa experiência quotidiana é-vos dado constatar que no interior do difundido fenómeno da globalização, que caracteriza o actual momento histórico, um aspecto essencial e denso de consequências é o da chamada "financiarização" da economia. Nas relações económicas, as transações financeiras já superaram abundantemente as reais, de tal forma que o âmbito das finanças já conquistou a própria autonomia.

Este fenómeno apresenta novas e não fáceis questões também sob o aspecto ético. Uma destas chama em causa o problema da relação entre riqueza produzida e trabalho, pelo facto de que hoje é possível criar rapidamente grandes riquezas sem nenhuma ligação com uma definida quantidade de trabalho realizado. Como se pode compreender, trata-se duma situação bastante delicada, que exige uma atenta consideração da parte de todos.

Ao tratar da questão da "mundialização da economia" na Encíclica *Centesimus annus* (cf. n. 58), chamei a atenção para a necessidade de promover "organismos internacionais de controle e orientação que encaminhem a economia para o bem comum", tendo em consideração também que a liberdade económica é apenas um dos elementos da liberdade humana. A actividade financeira, segundo as características próprias, não pode deixar de ser orientada para servir o bem comum da família humana.

Perguntamo-nos, porém, quais são os critérios de valor que devem orientar as opções dos operadores, também para além das exigências de funcionamento dos mercados, numa situação como a hodierna onde ainda falta um quadro normativo e jurídico internacional adequado. E ainda: quais são as autoridades idóneas a elaborar e a fornecer semelhantes indicações, assim como a vigiar sobre as suas aplicações.

O primeiro passo compete aos próprios operadores, que poderiam esforçar-se por elaborar códigos éticos ou de comportamento vinculantes para o sector. Os responsáveis pela Comunidade internacional são chamados, depois, a adoptar instrumentos jurídicos idóneos para enfrentar as situações cruciais que, se não forem "governadas", podem ter consequências desastrosas no âmbito não só económico, mas também social e político. Primeira e maiormente, seriam sem dúvida os mais débeis a pagar.

3. A Igreja, que é mestra de unidade e por sua vocação caminha com os homens, sente-se solicitada a tutelar-lhes os direitos, com constante cuidado especialmente em relação aos mais pobres. Com a própria Doutrina Social, ela oferece a sua ajuda para a solução daquelas problemáticas que em vários sectores se referem à vida dos homens, consciente de que "ainda que a economia e a moral se "regulem, cada uma no seu âmbito, por princípios próprios", é erro julgar a ordem económica e a moral tão diversas e alheias entre si, que de modo nenhum aquela dependa desta" (Pio XI, *Quadragesimo anno*, 42). O desafio apresenta-se árduo, por causa da complexidade dos fenómenos em questão e da rapidez com que eles surgem e se desenvolvem.

Os cristãos que actuam no interior do sector económico e, em particular, financeiro, são chamados a determinar vias percorriáveis para pôr em prática este dever de justiça, que para eles é evidente devido à sua orientação cultural, mas que é possível ser partilhado por quem quer que deseje pôr no centro de todo o projecto social a pessoa humana e o bem comum. Sim, todas as vossas operações no campo financeiro e administrativo devem ter sempre como objectivo jamais violar a dignidade do homem, construindo para isto estruturas e sistemas que favoreçam a justiça e a solidariedade para o bem de todos.

4. Deve-se depois acrescentar que os processos de globalização dos mercados e das comunicações não possuem por si só um delineamento eticamente negativo, e portanto não é justificada diante deles uma atitude de condenação sumária e apriorística. Contudo, aqueles que, em linha de princípio, aparecem como factores de progresso, podem gerar, e de facto já produzem consequências ambivalentes ou decisivamente negativas, de modo especial em prejuízo dos mais pobres.

Trata-se, portanto, de ter em consideração a transformação e fazer com que ela privilegie o bem comum. A globalização terá efeitos positivos se puder ser sustentada por um forte sentido do carácter absoluto e da dignidade de cada pessoa humana e do princípio de que os bens da terra são destinados a todos. Há espaço, nesta direcção, para trabalhar de modo leal e construtivo, também no interior de um sector bastante exposto à especulação. Por este motivo, não é suficiente respeitar leis locais ou regulamentos nacionais; é necessário um sentido de justiça global, correspondente às responsabilidades que estão em jogo, tendo-se em consideração a interdependência estrutural das relações entre homens, para além das fronteiras nacionais.

Entretanto, é bastante oportuno apoiar e encorajar aqueles projectos de "finanças éticas", de microcrédito e de "comércio justo e solidário", que estão ao alcance de todos e possuem um valor positivo, também pedagógico, na direcção da co-responsabilidade global.

5. Estamos no ocaso de um século que conheceu também neste sector rápidas e fundamentais mudanças. A iminente celebração do *Grande Jubileu do Ano 2000* representa uma ocasião privilegiada para uma reflexão de ampla dimensão sobre esse problema. Por isso, estou grato à vossa Fundação "*Centesimus Annus*", que quis orientar os seus trabalhos à luz do grande evento jubilar, tendo em conta a perspectiva por mim indicada na Carta Apostólica *Tertio millennio adveniente*. Com efeito, escrevi que "o empenho pela justiça e pela paz num mundo como o nosso, marcado por tantos conflitos e por intoleráveis desigualdades sociais e económicas, é um aspecto qualificante da preparação e da celebração do Jubileu" (n. 51).

Compreendestes, caríssimos, que o ano jubilar vos convida a oferecer o vosso contributo específico e qualificado, a fim de que a palavra de Cristo, que veio para evangelizar os pobres (cf. *Lc 4, 18*), possa encontrar resposta. Encorajo-vos cordialmente nessa iniciativa, com os votos por que, graças ao Jubileu, amadureça "uma nova cultura de solidariedade e cooperação

internacionais, na qual todos de modo especial os Países ricos e o sector privado assumam a sua responsabilidade por um modelo de economia ao serviço de toda a pessoa" (Bula de Proclamação *Incarnationis mysterium*, 12).

Com esses sentimentos, enquanto desejo de todo o coração que a Fundação cresça, de maneira a oferecer uma colaboração sempre mais eficaz à Santa Sé e à Igreja na obra da nova evangelização e na instauração da civilização do amor, confio todos os vossos projectos e iniciativas a Maria, Mãe da Esperança.

Acompanhe-vos e sustente-vos também a minha Bênção, que de bom grado concedo a vós e a todas as pessoas que vos são queridas.

© Copyright 1999 - Libreria Editrice Vaticana

---

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana